



O papel da distribuição de renda no crescimento econômico

Marina da Silva Sanches ¹

Andrea Felipe Cabello ²

Resumo

O artigo objetiva analisar o papel da distribuição de renda no crescimento econômico do ponto de vista teórico e comparativo, contrastando a visão neoclássica com a Pós-Keynesiana. Parte-se das contribuições de Keynes, e de como pode ser entendido o papel da distribuição de renda em um arcabouço teórico liderado pela demanda. Para entender esse aspecto no longo prazo, analisamos o modelo Harrod Domar e, posteriormente, os modelos de tradição Pós-Keynesiana. Em particular, os modelos com influência keynesiana, apesar de suas divergências, possuem dois pontos em comum: privilegiam a influência da distribuição de renda sobre os componentes da demanda agregada; e o conflito distributivo é capaz de afetar a trajetória de crescimento econômico das economias, incorporando um elemento político. Em contraste, a teoria neoclássica trata a distribuição de renda como endógena, bem como desprovida de contornos políticos, não sendo capaz de assumir o posto de motor de crescimento econômico.

Palavras-chave: distribuição de renda, Teoria Pós-Keynesiana, demanda agregada, modelos Kaleckianos.

Abstract

The article aims at analyzing the role of income distribution in economic growth from a theoretical and comparative point of view, contrasting the neoclassical with the Post-Keynesian views. It starts from Keynes' contributions, and how the role of income distribution can be understood in a demand-led theoretical framework. In order to understand this aspect in the long run, we analyze the Harrod Domar model and, later, the models in the post-Keynesian tradition. In particular, the Keynesian-influenced models, despite their divergences, have two points in common: they emphasize the influence of income distribution on the components of aggregate demand; and the distributional conflict is able to affect the economic growth path of economies, incorporating a political element. In contrast, neoclassical theory treats income distribution as endogenous, as well as devoid of

¹ Universidade de São Paulo (USP)

² Universidade de Brasília (UnB)



political contours, and unable to assume the position of an engine of economic growth.

Keywords: *income distribution, Post-Keynesian Theory, aggregate demand, Kaleckian models.*

1. Introdução

Recentemente, Piketty (2014) trouxe a relação entre distribuição de renda e taxa de crescimento econômico de volta às discussões acerca das crescentes desigualdades de renda que se reforçam no mundo contemporâneo. Vários estudos têm contribuído com o debate em torno da ideia de que uma distribuição mais favorável, ou menos desigual, é condição para um crescimento de longo prazo sustentado (CINGANO, 2014; IMF, 2017; IMF, 2014).

Essa preocupação com distribuição de renda e políticas redistributivas sempre foi importante em trabalhos sobre crescimento econômico de viés Pós-Keynesiano e Kaleckiano, que tinham como principal foco de análise a dinâmica da demanda da economia. Entretanto, os modelos de crescimento do mainstream, que seguem a linha do trabalho seminal de Solow, privilegiam fatores de oferta e, por isso, dão menor atenção a essas questões.

Os modelos com influência keynesiana privilegiam o impacto da distribuição de renda sobre os componentes da demanda agregada, principalmente via propensão marginal a consumir e investimento. Dessa forma, políticas redistributivas que atuam sobre esses componentes podem ter influência tanto sobre o produto, quanto sobre o crescimento, enfatizando assim a relação teórica entre crescimento e desigualdade de renda.

Já o modelo de Solow, de tradição neoclássica, é baseado na teoria da produtividade marginal, ressaltando condições técnicas oriundas de uma função de produção. Reduz-se, portanto, o escopo de políticas redistributivas e, também, de políticas orientadas para a sustentação e estímulo à demanda agregada.

Nos autores Pós-Keynesianos, porém, a ideia política de distribuição de renda como relação social ganha destaque, sendo crucial na estabilidade do capitalismo. Discutiremos nesse sentido o modelo Kaldor-Robinson, que tem foco na demanda e mantém a hipótese de plena utilização de capacidade instalada no longo prazo, com



um resultado de aumento exógeno do investimento a ser acomodado por distribuição regressiva da renda. Com o abandono da hipótese de plena utilização de capacidade instalada, a distribuição progressiva de renda ganha importância - como será discutido em Kalecki, que argumenta que uma distribuição de renda menos desigual é capaz de ser o motor da taxa de crescimento da economia - contrastando com o modelo Kaldor-Robinson. Bhaduri e Marglin (1990) conciliam essas duas gerações Pós-Keynesianas pela emergência de ambos os resultados como sendo possíveis. Conclui-se assim que, para os Pós-Keynesianos, diferentemente da teoria neoclássica, o conflito distributivo não só existe, como tem o poder de influenciar o crescimento do produto das economias.

O objetivo desse artigo é discutir o papel da distribuição de renda nos modelos de crescimento das principais escolas econômicas do século XX sob um enfoque comparativo. Faremos nossa análise de forma cronológica, partindo de Keynes e discutindo os modelos de Harrod-Domar, Solow, Kaldor, Kalecki até uma conclusão sobre a distribuição de renda como motor de crescimento em modelos Kaleckianos.

A contribuição do artigo está em, para além de trazer algumas das reflexões dos autores que deram origem à Teoria Pós-Keynesiana, mostrar um elemento em comum existente em suas análises - e menos presentes na teoria de distribuição de renda neoclássica: a identificação de um aspecto político forte em relação à forma que a distribuição de renda toma. O conflito distributivo passa a ser variável-chave na determinação da distribuição de renda e da demanda e, por conseguinte, da própria trajetória de crescimento de longo prazo das economias.

O artigo está dividido em oito seções, contando com essa breve introdução. A segunda seção expõe a discussão de Keynes sobre distribuição de renda, enquanto a terceira expõe o modelo Harrod Domar sob o mesmo prisma. A quarta seção discute o modelo de Solow, a teoria da produtividade marginal que o baseia e sua relação com a desigualdade de renda. A seção cinco discute o modelo de Kaldor enquanto a seção seis, o de Kalecki. A seção sete expõe a incorporação de algumas dessas contribuições nos modelos Pós-Keynesianos de segunda geração ou neo-Kaleckianos. Por fim, a oitava seção traz nossos comentários finais.

2. O papel da distribuição de renda para Keynes



Keynes buscava explicar como a economia poderia não alcançar uma situação de pleno emprego. Para isso, ele parte de algumas considerações. Ele considera a possibilidade de incerteza, em que algumas decisões não são reversíveis. Assim, o tempo seria histórico e não lógico (CARVALHO, 1992).

Keynes (1937) coloca que, dadas a propensão marginal a consumir e as condições para investir em um cenário de incerteza marcado por decisões não-reversíveis e tempo histórico, não haveria razão, a princípio, para que o nível de emprego efetivo fosse igual ao nível de pleno emprego, levantando a possibilidade de crises.

Nesse contexto de incerteza, a moeda ganha importância devido à preferência pela liquidez dos agentes. É capaz de afetar a taxa de juros e impacta diretamente a dinâmica do investimento e da produção (MOLLO, 2003). Keynes (1937) discute, assim, o princípio da demanda efetiva, que parte da ideia de que as condições de demanda - sob influência do cenário incerto - determinam o produto. O consumo (e, logo, a propensão marginal a consumir da sociedade) e o investimento definem, conjuntamente, o nível de emprego.

Por conseguinte, a demanda agregada torna-se variável-chave na determinação da renda e do emprego. É importante esclarecer como funciona essa determinação. Primeiro, o consumo depende fundamentalmente da renda e da propensão marginal a consumir. Esta última está ligada tanto a fatores subjetivos - leis psicológicas e contexto social -, quanto objetivos, como a própria alteração da renda e do salário (KEYNES, 1936).

Observa-se aqui a inserção da desigualdade de renda na discussão original de Keynes. Keynes (1936) chegou a ser acusado de não tratar das implicações de alterações na distribuição de renda como variável importante na determinação da propensão a consumir (Staehle, 1938). Sua resposta foi a seguinte: a dependência da propensão a consumir coletiva da renda e da sua distribuição naturalmente seriam consequências de seu raciocínio. Ele afirma que a propensão a consumir depende, para além dos fatores objetivos e subjetivos, dos "principles on which the income is divided between them [os indivíduos] [...]" (KEYNES, 1939, p. 129), ou seja, da distribuição de renda. E reitera que, em seu texto da Teoria Geral, "I could scarcely have been more precise or emphatic" (KEYNES, 1939, p. 129).



Posteriormente, Staehle (1939) reafirma sua crítica de que a maior ênfase na distribuição de renda é crucial para o entendimento do processo multiplicador tal qual formulado na Teoria Geral. Essa acusação não é válida quando examinamos mais detidamente a obra de Keynes, principalmente quando se considera a análise das condições que determinam o investimento e a eficiência marginal do capital. A propensão a consumir é tão importante que seu enfraquecimento leva o investimento a arrefecer-se juntamente com a demanda de consumo.

Keynes sugere concordância com a tese de que “a tendência crônica das sociedades contemporâneas para o subemprego deve ter sua causa procurada no subconsumo, quer dizer, nos hábitos sociais e numa distribuição da riqueza que resultam numa propensão a consumir demasiado baixa” (KEYNES, 1936, p. 301) - reafirmando, portanto, a relação de fatores de demanda- e mais precisamente da propensão a consumir - com a desigualdade de renda. Já o investimento, encontra-se sujeito aos “caprichos de uma eficiência marginal do capital” (KEYNES, 1936, p. 301). Ele vai mais longe e propõe políticas em duas frentes: "promover o investimento e ao mesmo tempo o consumo, não apenas até o nível que corresponderia ao acréscimo do investimento com a propensão a consumir existente, mas também a um nível ainda maior" (KEYNES, 1936, p. 302). Aqui, infere-se a importância de políticas redistributivas que aumentem a propensão a consumir.

Seja de forma implícita ou explícita, o autor deixa claro que a distribuição de renda afeta o consumo e, logo, o investimento, o nível do produto e do emprego. Transferir renda para unidades mais propensas ao consumo é um instrumento capaz de estimular o consumo agregado e, por conseguinte, o investimento - via redução da preferência pela liquidez e da taxa de juros. Este movimento ocorre porque uma distribuição mais favorável de renda poderia estimular o consumo e, assim, a velocidade-renda do dinheiro, favorecendo a ocorrência das inversões pela via do fortalecimento da demanda (PEREZ MORENO, 2006).

Já no Capítulo 24 da Teoria Geral, Keynes toma partido quanto ao papel da distribuição de renda na determinação do investimento e do emprego: “Fica assim invalidada uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade da riqueza” (KEYNES, 1936, p.342), referindo-se à crença errônea de que a concentração de renda para os mais ricos - livrando-os de impostos, por exemplo -



poderia estimular o crescimento da riqueza (o que faz caminhar na mesma direção de Kalecki (1952) como veremos adiante).

Apesar das críticas à teoria neoclássica, Keynes (1936) ainda aceita o postulado de que o salário real é determinado pela produtividade marginal do fator trabalho, o que denota certa inconsistência (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013). Um aumento no nível de emprego só pode ocorrer concomitantemente a um decréscimo da taxa de salário real (KEYNES, 1936). Todavia, ainda que isso evidencie um resquício neoclássico de pensar a distribuição de renda como sendo determinada pelo produto marginal dos fatores de produção, mais à frente em sua Teoria Geral, a postura do autor é no sentido de entender a importância da distribuição de renda mais favorável à classe que tem maior propensão a consumir, como argumentamos acima.

3. A desigualdade de renda no Modelo Harrod-Domar

Um dos primeiros modelos a incorporar o papel do mundo incerto não-ergódico no processo de crescimento da economia foi o proposto por Harrod (1939) e Domar (1946) - e que deu origem à abordagem Pós-Keynesiana para o crescimento econômico (OREIRO, 2018). O Modelo Harrod-Domar (HD) pode ser entendido como uma tentativa de extensão da teoria keynesiana abordada para o longo prazo.

Ao integrar o acelerador ao multiplicador, motivado pela dupla natureza do investimento - como processo de geração de renda e de capacidade produtiva ao mesmo tempo (aspecto enfatizado por Domar, 1946) - o modelo HD chega a um equilíbrio de “fio de navalha” (JONES, 1979), no qual não há mecanismo que garanta que a taxa de crescimento efetiva da economia seja igual à taxa de crescimento requerida. Essa taxa de crescimento efetiva seria dada pela fração da renda poupada dividida pelo incremento no estoque de capital, quando há um incremento no produto - ou relação capital-produto.

Isso leva a um relevante componente de expectativas, abrindo a possibilidade para desemprego involuntário. Caso essas taxas difiram - pois não há motivo para que sejam iguais devido ao componente expectacional e subjetivo dos agentes - os desvios não são autocorretivos no modelo. Ao contrário, são cumulativos, o que expressa o caráter fortemente instável do capitalismo. Herscovici (2006) coloca que, contrariamente às teorias do *mainstream*, o *market-clearing* contínuo não é postulado no modelo de Harrod (1939).



Seguindo Keynes (1937) e sua discussão sobre o papel de políticas anticíclicas do governo no estímulo à demanda efetiva, Harrod (1939) destaca a importância de políticas que objetivem a influência sobre a taxa de crescimento requerida da economia e sua relação com a taxa natural - dada pelo crescimento populacional. O objetivo de influenciar a taxa de crescimento requerida da economia seria influenciar expectativas, e o propósito geral dessa política seria lidar com essas tendências à oscilação.

Por exemplo, se a taxa de crescimento do produto garantida/requerida pelos empresários for maior que a efetiva, o que poderia ser interpretado como uma eficiência marginal do capital efetiva baixa em relação à “esperada” (resultante do próprio equilíbrio abaixo do pleno emprego), isso desestimularia mais uma vez o investimento e a renda, reforçando a espiral de recessão. Para reverter este quadro, a própria taxa garantida teria que ser modificada – e ela pode ser influenciada, como diz Harrod – de modo a reverter seu componente de expectativas. Se tal taxa diminuir – seja por um aumento na propensão a consumir, seja pelo aumento na eficiência marginal do capital efetiva – a espiral recessiva do quadro anteriormente descrito é revertida.

Ao colocar o modelo sob esse olhar, o papel da distribuição de renda - e de políticas que sejam capazes de alterá-la - se sobressai no processo de crescimento da economia. A distribuição de renda e políticas distributivas surgem como possíveis ferramentas de forma a suavizar a instabilidade inerente do capitalismo. De forma mais específica, Harrod (1939) refere-se a políticas de caráter de longo prazo, com o objetivo de influenciar a relação entre taxa garantida de crescimento e taxa natural: "*long-range policy designed to influence the relation between the proper warranted rate of growth and the natural rate [...]. In fine, the anti-cycle policy has to be converted into a permanent policy for keeping down the proper warranted rate*" (HARROD, 1939, p.31-32). Em outro trecho, todavia, o autor destaca a importância de políticas anticíclicas para: "*combat the run-away forces which come into being as soon as a substantial change occurs in the warranted rate*" (HARROD, 1939, p.32).

Como exemplo, Harrod (1939, p.32) cita ainda políticas de baixas taxas de juros: "*A low rate of interest makes for a low warranted rate of increase, by encouraging high values of K [capital] and C [relação capital-produto] and, possibly also, by having a depressing influence on s [taxa de poupança]*", mas pontua que esta



condição poderia não ser suficiente, sendo complementada por um programa de investimentos públicos.

Embora Harrod não mencione diretamente, pode-se pensar em políticas distributivas para influenciar a taxa garantida de crescimento, por afetarem a propensão a consumir e as expectativas em relação ao investimento e à demanda, podendo impactar inclusive na redução da preferência pela liquidez, como pontuamos (KEYNES, 1936).

Isso significa que havia ao menos uma ideia incipiente nesse modelo de que a demanda agregada - e conseqüentemente a distribuição de renda - pode afetar o crescimento econômico, bem como sua estabilidade, mesmo a longo prazo. Como ressalta Herscovici (2006), o mecanismo de instabilidade do modelo HD evidencia o "papel nefasto" da poupança e a necessidade de implementar políticas de redistribuição em favor das classes de menor renda para conter uma fase de recessão.

4. O Modelo de Solow, a teoria da produtividade marginal e a desigualdade de renda

A atuação de políticas para a suavização do problema da instabilidade abordada na seção anterior não passa pela análise de Solow (1956), cujo argumento repousa no ajuste por meio da relação capital-produto e na produtividade marginal do capital decrescente. Este ajuste é o responsável pela dinâmica estabilizadora do capitalismo. Dessa forma, o autor não chega a discutir a necessidade de políticas, uma vez que tal instabilidade é ausente em seu modelo.

O ponto de partida inicial de Solow (1956) é a crítica ao modelo HD e sua adoção de uma premissa de função de produção de coeficientes fixos (relação capital-produto constante). Ou seja, Solow observa que os resultados de "fio da navalha" e instabilidade do modelo de HD são sensíveis à adoção dessa premissa. Além disso, critica também o uso de ferramentas analíticas de curto prazo (princípios multiplicador e acelerador, por exemplo), aplicando-as ao longo prazo.

O modelo de Solow (1956) é fundamentado na teoria da produtividade marginal neoclássica. O arcabouço teórico neoclássico tem como ponto de partida o princípio da maximização (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013). No caso da teoria da produtividade marginal, ela parte de uma função de produção. Em mercados de fatores competitivos, os fatores sempre serão remunerados por seus valores marginais, independentemente da função de produção. Se a função não for homogênea de grau um, o produto excederá ou ficará aquém da soma das parcelas.



No caso de retornos decrescentes (homogeneidade inferior a um), a soma dos pagamentos a preço de mercado ficará aquém do valor do produto, deixando um residual a ser ganho pelo fator fixo. No caso de retornos crescentes, o produto total é insuficiente para remunerar todos os fatores de acordo com seus produtos marginais e algum fator deve receber menos que sua contribuição marginal, pois a soma dos pagamentos a preço de mercado excederá o valor do produto. Com retornos constantes de escala, hipótese assumida no modelo de Solow, a soma dos pagamentos a preço de mercado exaurirá o valor do produto.

Como destaca Harris (1974), a teoria neoclássica, enquanto teoria de distribuição, coloca que a distribuição de renda é univocamente determinada pela tecnologia e pelas dotações - ou escassez relativa - dos fatores. Em outras palavras, a distribuição é derivada da função de produção sendo, portanto, endógena.

Em termos normativos, a discussão quando tal teoria foi proposta foi bastante variada - Clark considerava que se a remuneração ocorresse pela produtividade marginal, significava que o mercado seria justo, enquanto Bohm-Bawerk argumentava que o trabalhador intramarginal receberia menos do que ele contribuiria ao produto pois não receberia o seu excedente intramarginal, sendo, portanto, uma forma de exploração (BLAUG, 2005).

Blaug (2005) rechaça esse papel atribuído aqui para a teoria da produtividade marginal. Segundo ele, tal teoria não pode ser sequer considerada uma teoria de distribuição funcional da renda propriamente dita, uma vez que enfatiza a precificação de fatores (ainda que com uma oferta de fatores dada) e não a distribuição de renda. Em sua opinião, ela não permitiria considerações sobre justiça social, apenas sobre eficiência, o que seria uma forma também de reduzir na teoria neoclássica a importância da desigualdade de renda e do papel de políticas redistributivas. Isso reforça a base frágil sobre a qual a teoria de crescimento se assenta em termos de distribuição de renda.

A forma como é concebida a distribuição de renda na teoria neoclássica influenciou o seu papel dentro dos modelos de crescimento com essa inspiração (SOLOW, 1956), em que o nível de produto é determinado pela taxa de poupança e pela taxa de crescimento da população e, no caso de um crescimento econômico sustentado no tempo, a taxa de variação do produto é função do crescimento da tecnologia. Desta forma, o crescimento das economias é explicado por condições de oferta.



Como destaca Oreiro (2018), no longo prazo, nesses modelos toda decisão de poupança é simultaneamente uma decisão de investimento porque não há um componente autônomo deste último. O pleno emprego dos fatores de produção é alcançado em um mundo competitivo com flexibilidade de preços. Condições de curto prazo (por exemplo, o papel da demanda) são abstraídas desse arcabouço no longo prazo. Neste contexto, a distribuição de renda afeta a demanda, mas esta última é incapaz de afetar o crescimento de longo prazo, determinado por condições de oferta. Logo, a distribuição de renda não possui efeito no crescimento das economias. Ao contrário, para além de assumir um papel passivo e surgir como subproduto do crescimento econômico, ganha contornos essencialmente técnicos, ao abstrair as relações sociais inseridas nas interações que ocorrem nos mercados dos fatores de produção.

É esse o contexto teórico por trás do resultado de Solow (1956) - de que a trajetória de crescimento econômico com pleno emprego existe, e é estável. A plena substitutibilidade entre fatores de produção e flexibilidade de preços em um cenário de bens homogêneos e concorrência perfeita permite o ajuste dos fatores de produção ao seu pleno emprego, o que significa que não há espaço para desemprego involuntário. Os retornos constantes de escala proporcionam a remuneração de acordo com as produtividades marginais dos fatores de produção. O ajuste do estoque de capital por trabalhador a uma perturbação no sistema altera a relação entre as produtividades marginais dos fatores de produção e, logo, suas remunerações relativas (SOLOW, 1956), de modo que são as condições de oferta que determinam a distribuição de renda, e não o contrário.

Para não sermos completamente injustos, temos que considerar dois pontos. O primeiro é que o arcabouço neoclássico considera questões de desigualdade de renda quando trata da hipótese de convergência da renda, motivada pelos resultados de Solow (1956). Solow (2000) discute a inserção de seu modelo de 1956 sob esse aspecto. Essa é uma discussão em que a desigualdade de renda não surge do ponto de vista funcional e sim entre países e que originou forte linha de pesquisa acerca da compatibilidade dos resultados propostos por Solow e modelos neoclássicos subsequentes com dados econômicos - mas que não se refere a políticas redistributivas internas.

O segundo é a própria inserção de Solow sobre o debate acerca da constância da parcela relativa a salários no produto ao longo do tempo - em artigo de 1958, A



Skeptical Note on the Constancy of Relative Shares. Ele faz argumentos estatísticos defendendo que tal relação é microfundamentada e que, quando chega a um nível agregado, passou por tantas agregações e arredondamentos que a ideia de "relativa constância" perde significado. Mostra também resultados empíricos para reforçar seu argumento. Mas de qualquer forma, a própria existência do artigo mostra a preocupação do autor com a questão de distribuição. Segundo Solow (1958, p. 618):

“If this contention is accepted, it is not without some general implications for economic theory. Beginning with Ricardo there have been sporadic revivals of interest in macroeconomic theories of distribution. Now it is possible to have an aggregative distribution theory without believing in the historical constancy of relative shares, but the belief certainly reinforces the desire for such a theory. After all, a powerful macroeconomic fact seems to call for a macroeconomic explanation. It need not have one, but that is beside the point”.

Apesar disso, essa preocupação, diferentemente do que será visto com os Pós-Keynesianos, não se traduz em uma defesa de políticas distributivas, nem em interpretações de viés político, como será visto adiante.

Como enfatiza Harris (1974), o arcabouço neoclássico repousa na adoção de função de produção agregada. Tal função foi objeto de discussão nas críticas de Cambridge (que ficaram conhecidas como "controvérsia do capital") ao uso de uma função produção agregada na teoria do crescimento de inspiração neoclássica (COHEN e HARCOURT, 2003; LAVOIE, 2014; FINE, 2016). Essa controvérsia foi importante para legitimar uma teoria alternativa de distribuição de renda, que já estava sendo formulada, determinada por fatores “não-econômicos” e que não necessariamente é fruto de questões “físicas” ou “técnicas” – não sendo resultado da mera contribuição do fator de produção na geração do produto - como é o caso da teoria neoclássica. Como o capital não pode ser visto apenas como físico, por sua heterogeneidade, mas em termos de valor, embute-se um componente de relação social.

Nesse contexto, em que o debate em torno da mensuração do capital abriu margem para novas interpretações ao criticar a formulação neoclássica, uma segunda solução - além da de Solow (1956) - para o problema de instabilidade do modelo Harrod-Domar é sugerida por Kaldor (1955). O autor formula uma teoria alternativa de distribuição de renda, rotulando-a de keynesiana, e deixa claro que visa suprir uma lacuna da teoria de Keynes.



5. O Crescimento e a distribuição de renda em Kaldor e Robinson

O artigo de Kaldor destaca-se por considerar propensões a consumir distintas entre as classes capitalista e trabalhadora (KALDOR, 1955; KALDOR, 1966). Neste ponto, a diferenciação entre classes tem um papel fundamental ao diferenciar as propensões a consumir e seu efeito sobre a demanda. A teoria de distribuição de Kaldor é totalmente independente das hipóteses acerca da tecnologia de produção (Hein, 2014), o que denota um forte ponto de ruptura em relação à teoria neoclássica. Ao contrário, a distribuição é vista mais como uma relação social, entre classes. Como Oreiro (1997) ressalta, os capitalistas têm muito mais poder em relação aos trabalhadores para determinar o salário real.

Desta forma, entende-se que a distribuição de renda é uma variável de determinação política, para além de seu aspecto econômico. Kaldor (1955) explica que um aumento do investimento deve ser financiado pela poupança gerada pela queda do consumo real, via flexibilidade dos preços em relação aos salários, que diminui o salário real e aumenta a participação dos lucros na renda, reestabelecendo o equilíbrio de longo prazo caracterizado por pleno emprego (HARCOURT, 2006).

Há uma aproximação muito clara de Robinson (1962) à teoria kaldoriana de distribuição. No arcabouço teórico da autora, a distribuição funcional da renda assume o papel de estabilizar o capitalismo. O investimento tem um componente fortemente subjetivo de caráter até mesmo psicológico, associado ao investimento autônomo, fortemente inspirado em Keynes (1936). O investimento é responsivo primordialmente à taxa de lucro esperada. No equilíbrio em que poupança se iguala ao investimento, a variável de ajuste é, assim como em Kaldor, a distribuição de renda.

No entanto, no modelo de Robinson (1962), a trajetória para o equilíbrio parece ser ainda mais assimétrica em termos do antagonismo entre capital e trabalho do que para Kaldor, em que o ajuste assumia o caráter explícito via preços. Para Robinson (1962), é a taxa de lucro que permite a acomodação entre a taxa de lucro "esperada" e a efetiva, de acumulação - conseqüentemente o salário é determinado residualmente.

O ajuste entre expectativas e taxa de lucro efetiva pode resultar em um equilíbrio estável. Todavia, aqui há um ponto que parece destoante de Kaldor: mesmo assumindo uma situação em que no longo prazo a economia está em seu grau



normal de utilização, a autora se aproxima do modelo HD ao salientar que o equilíbrio estável é muito suscetível às expectativas. O fato de as taxas de acumulação desejada e efetiva coincidirem não garante por si mesmo que isso continuará a acontecer. Robinson (1962) assume uma postura cética em relação à estabilidade do capitalismo, que depende em última instância de um elemento bastante subjetivo: das expectativas (ou o chamado "espírito animal") e da propensão a poupar dos capitalistas.

Neste último ponto, Robinson (1962) aplica o paradoxo da poupança de Keynes para o longo prazo: "Quando a taxa de crescimento real se vê limitada apenas pela taxa desejada, portanto, uma parcimônia maior se acha ligada a uma taxa de acumulação menor. Isso é o paradoxo central da Teoria Geral projetado na análise de longo prazo" (ROBINSON, 1962, p.183).

Há um claro indício de que a demanda agregada é capaz de afetar o crescimento da acumulação e do produto no longo prazo. Desta forma, o motor do crescimento econômico está associado fundamentalmente aos aspectos ligados à demanda, em nítido contraste em relação aos modelos de inspiração neoclássica.

Salientamos que a distribuição de renda para Robinson tem o papel de estabilizar o capitalismo, assim como em Kaldor - mas esse papel é estreitamente ligado à taxa de lucro. Desta forma, a estabilidade (ou instabilidade) do capitalismo parece estar relegada às mãos do capitalista - uma análise que se aproxima do modelo HD. Ademais, ao manter o ajuste kaldoriano, Robinson mantém sua teoria assentada na hipótese de grau de utilização da capacidade instalada exógeno, em seu nível normal. Ainda, o mecanismo de ajuste para o equilíbrio é muito similar ao de Kaldor: para acomodar uma taxa de investimento maior, é necessária uma distribuição de renda regressiva.

Em outras palavras, o modelo Kaldor-Robinson - como Lavoie (2014) nomeia - resulta em um mecanismo de equilíbrio no qual a taxa de salário é negativamente correlacionada com o produto, tendo em vista que o aumento do investimento requer uma redistribuição regressiva da renda.

Aqui, destacamos dois pontos: primeiro que, apesar da hipótese de pleno emprego no longo prazo, tal modelo de crescimento já é considerado como liderado pela demanda, porque o investimento - que ganha independência - embora seja



financiado por um aumento da poupança, precede esta última, gerando-a via redistribuição de renda, o que é um grande contraste em relação à teoria neoclássica e um ponto em comum com a teoria do multiplicador de Keynes (1936).

Logo, a distribuição de renda é a variável de ajuste e assume um papel fundamental na estabilidade do crescimento econômico. Mais precisamente, são as variações da participação dos lucros na renda, ou da taxa de lucro (para Kaldor e Robinson, respectivamente) que se ajustam, dado um choque na variável de investimento, a qual depende inversamente da propensão a poupar do capitalista - neste ponto o Kaldor cita Kalecki, alegando que “capitalists earn what they spend, and workers spend what they earn” (KALDOR, 1955, p.96).

O segundo ponto é que, apesar de a distribuição funcional da renda assumir o papel de estabilizar o capitalismo, um aumento na taxa de investimento é possível via distribuição regressiva de renda para gerar a poupança necessária ao seu financiamento, de modo que o nível de capacidade instalada permanece em seu nível "normal", desejado. Ou seja, há um rompimento claro em relação à teoria neoclássica com a emergência da possibilidade de crescimento liderado pela demanda agregada, como já assinalado. Contudo, o crescimento econômico possui caráter liderado pelos lucros e é beneficiado por uma redistribuição de renda regressiva dentro de um jogo político em que há o enfraquecimento da classe trabalhadora. Há ainda um ponto de aproximação com a teoria neoclássica no que se refere aos efeitos de uma distribuição muito favorável aos salários, que pode ter impactos deletérios no crescimento econômico.

A flexibilidade de preços é, à primeira vista, uma similitude em relação à teoria neoclássica, e que permite o ajuste e reestabelecimento do equilíbrio de pleno emprego. Devido a esta característica, Lavoie (2014) pontua que o modelo da Primeira Geração Pós-Keynesiana, marcada pelas contribuições de Kaldor e Robinson, recebeu a alcunha de "inflacionista". Todavia, cabe destacar que, apesar de os preços desempenharem papel relevante na redistribuição de renda, o canal pelo qual isso ocorre no modelo kaldoriano é dentro de um jogo político assimétrico, e não uma questão puramente técnica de mudanças nas produtividades marginais do trabalho e do capital. A distribuição de renda não é apenas subproduto do crescimento, mas funciona como estabilizador do capitalismo. Deixa de ter caráter meramente técnico e passa a ser uma relação social a partir do momento em que



Kaldor adota a hipótese de diferentes propensões a poupar entre as classes, as quais desempenham papéis sociais distintos dentro do jogo político.

6. A distribuição de renda e crescimento em Kalecki

A distribuição de renda ganha ainda maior importância na determinação do crescimento do produto quando a hipótese de pleno emprego é abandonada e surge a possibilidade de uma relação positiva entre produto e salário real. Os modelos neo-Kaleckianos foram uma alternativa Pós-Keynesiana em que a variável de ajuste é o grau de utilização da capacidade instalada na economia (HEIN, 2014). As economias capitalistas são caracterizadas pelo desemprego e pela estagnação e, logo, há excesso de capacidade mesmo no longo prazo devido à rigidez de preços resultante da oligopolização da economia, marca do capitalismo. Kalecki (1952) parte da oligopolização da economia e explica que o grau de monopólio é uma das variáveis responsáveis por afetar diretamente a distribuição de renda.

Em Kalecki (1952), há o argumento de que o consumo e investimento dos capitalistas, em conjunto com a distribuição de renda, determinam o consumo dos trabalhadores e, por conseguinte, a produção e o emprego em escala nacional. Fica claro em sua análise o princípio da demanda efetiva: como em Keynes (1936), o consumo e o investimento determinam conjuntamente o emprego.

O multiplicador kaleckiano (Kalecki, 1952) depende, positivamente, da parcela dos salários na renda, e da propensão a consumir dos capitalistas. Nesse sentido, a distribuição de renda desempenha um papel analítico muito similar ao de Keynes (1936) - embora Kalecki trate de forma mais explícita da distribuição de renda na equação do multiplicador³.

³ Kalecki (1952) explica que a renda aumenta mais do que o investimento, via efeito multiplicador da elevação do investimento sobre o consumo dos capitalistas - o fator - e sobre a renda dos trabalhadores - o fator - considerando que os trabalhadores não pouparam. O multiplicador (KALECKI, 1952, p.100) é dado por $\frac{1}{1 - \alpha - q}$ onde α é a participação dos salários na renda e q é a propensão a consumir dos capitalistas. Kalecki (1952, p.92) tece um comentário acerca de q que esclarece a importância da distribuição de renda: "*esta parte tende a ser bastante pequena, de forma que é provável que q seja consideravelmente menor que 1*". Conclui-se que uma maior participação dos salários na renda é a responsável por um efeito multiplicador do investimento sobre a renda mais expressivo. Keynes (1936) é menos explícito quanto à distribuição de renda - o que não significa que ele a negligenciou, como argumentamos anteriormente. Sua definição de multiplicador é: "*o incremento da demanda agregada é igual ao produto do acréscimo do investimento agregado e do multiplicador determinado pela propensão marginal a consumir*" e "*quanto maior for a propensão marginal a consumir, maior será o multiplicador*" (KEYNES, 1936, p. 140 e p. 141).



A distribuição de renda passa a ser variável crucial para impactar a renda e o produto com base nos lucros, os quais são determinados pelo investimento dos capitalistas (KALECKI, 1952; KALECKI, 1942). Isso significa que apenas a renda dos trabalhadores é determinada pelos fatores que afetam a distribuição, como o grau de monopólio. Neste ponto, destaca-se a proximidade entre Kalecki e Kaldor no que se refere à determinação da distribuição de renda funcional, que depende dos capitalistas e de seus investimentos, assumindo caráter assimétrico em relação à classe trabalhadora.

Nesse sentido, Kalecki (1971) sugere alguns mecanismos que possam ser favoráveis na ampliação dos salários na renda de forma a fomentar o crescimento da economia - como um sistema de taxaço sobre lucros que financie subsídios aos preços de bens de subsistência. Essa ideia também aparece em Kalecki (1943), obra com tom bastante político, em que o autor defende políticas voltadas ao investimento público e ao financiamento do consumo de massa.

Dada a importância analítica da distribuição entre salários e lucros na determinação do nível de emprego, a longo prazo tal variável é também capaz de ter papel relevante no crescimento econômico. O primeiro pilar do crescimento ressaltado por Kalecki (1952) está na formação de poupança "interna" das firmas como condição para o investimento. Assim, a distribuição de renda na direção de estruturas oligopolizadas, em que há pessoas que vivem de rendimentos, por exemplo, aparece como fator limitador do crescimento econômico porque interrompe o investimento produtivo.

Aqui há um elemento importante, assim como em Kalecki (1943): uma terceira classe. Além do antagonismo fundamental entre capitalistas e trabalhadores, há o conflito entre os próprios capitalistas. Com a economia próxima do pleno emprego e conseqüente elevação de salários e preços, exacerba-se o conflito entre os capitalistas produtivos e os do tipo rentier. Aí repousa um motivo pelo qual o pleno emprego ganha contornos políticos antagônicos, pois significa a diminuição da parcela da renda detida pelo capital improdutivo.

O segundo pilar do crescimento é a distribuição de renda em sua forma mais explícita, com referências diretas à participação do trabalho na renda total. Seu papel fica claro quando o autor discute os efeitos da queda da participação dos salários no desenvolvimento da economia capitalista, devido ao caráter monopolista do



capitalismo, com transferências dos salários para os lucros. Kalecki afirma que isso está “longe de estimular a elevação da produção de longo prazo, isso [...] tenderá a afetá-la desfavoravelmente” (Kalecki, 1952, p.187). Um terceiro pilar está na intensidade das inovações - um ponto em comum com Solow (1956) e Romer (1990). No entanto, o arcabouço teórico é inteiramente distinto e Kalecki relaciona o desenvolvimento de inovações no processo produtivo também à natureza política do capitalismo que, por ser concentradora e monopolista, impede a concorrência e compromete o desenvolvimento de novas tecnologias.

Notam-se dois pontos principais: i) os motores de crescimento de longo prazo das economias estão diretamente ligados à distribuição de renda para o autor em análise; ii) tais pilares estão em alguma medida comprometidos pela natureza do capitalismo, seja por seu caráter monopolizador, seja pelo jogo político que ele implica na disputa pela parcela da renda entre as classes. Nesse sentido, o autor parece bastante cético em relação à economia capitalista, que possui uma instabilidade em relação ao seu crescimento de longo prazo, inerente de sua natureza. Kalecki (1952, p.161) afirma que “a reserva de equipamentos e o exército industrial de reserva são características típicas da economia capitalista durante uma parte considerável do ciclo”. Em Kalecki (1939, p.149), há um trecho que se assemelha em alguma medida ao modelo Harrod-Domar, ao destacar a dupla natureza do investimento: “The tragedy of investment is that it causes crisis because it is useful”. Isto porque o investimento, ao mesmo tempo em que gera renda, também amplia a capacidade produtiva e a necessidade da ocorrência de mais investimento para suprir as necessidades do estoque de capital. Esta é a origem do ciclo econômico, para Kalecki (1952), e é apontada como uma contradição do capitalismo.

Dado esse pessimismo, há ainda um quarto elemento importante no crescimento de longo prazo das economias, os motores "externos ao setor privado": déficit público e exportações líquidas, como formas de fomento à demanda agregada, tendo em vista que os três motores anteriores são de certa forma comprometidos pela natureza do capitalismo.

Apesar de não haver uma tendência geral acerca da distribuição de renda, a qual é afetada por outros fatores além do grau de monopolização (como custo de matéria-prima) (Kalecki, 1952; Hein, 2014), sua origem é essencialmente



política (e exógena) assim como em Kaldor, por derivar de um processo de barganha entre as classes capitalista e trabalhadora, o que está em claro desacordo com a teoria de produtividade marginal. Além disso, como destacamos acima, a distribuição de renda não só tem origem distinta da teoria neoclássica como é capaz de influenciar a dinâmica de longo prazo das economias.

7. Distribuição como motor do crescimento

A teoria de Kalecki foi incorporada à chamada "Segunda Geração Pós-Keynesiana". Esta literatura, que desenvolve modelos chamados neo-Kaleckianos, combina a distribuição de renda exógena, já presente nas análises de Kaldor e Kalecki, com o princípio da demanda efetiva. A marca de tais modelos é a subutilização da capacidade produtiva, tendo em vista que a característica fundamental da economia capitalista para Kalecki (1952) é o desemprego de fatores de produção, como vimos acima, em um contexto de preços rígidos determinados por firmas em situação de oligopólio.

Um aumento da demanda agregada nesta classe de modelos deve significar uma elevação do grau de utilização da capacidade instalada e estímulo ao investimento, via efeito acelerador - o que difere substantivamente do caso do modelo da Primeira Geração (Kaldor-Robinson), no qual o aumento de demanda agregada é acomodado via distribuição de renda, a variável de ajuste, por intermédio da flexibilidade de preços e alterações nos rendimentos reais dos trabalhadores, por exemplo.

Os modelos neo-Kaleckianos são geralmente formados por três equações (LAVOIE, 2014): uma equação associada à formação de preços em condições de oligopólio, com um mark-up sobre o custo marginal (definindo a distribuição de renda, exógena). A segunda equação é associada à poupança agregada - em que a diferenciação entre as propensões a poupar ou a consumir de Kaldor (1955) ganha papel fundamental. A terceira equação representa a acumulação de capital, o investimento, que deve incluir um componente acelerador. Pode também depender de um componente autônomo para refletir a expectativa dos capitalistas (LAVOIE, 2014), e da taxa de lucro, aos moldes de Robinson (1962) (DUTT, 1984; ROWTHORN, 1981).



O modelo neo-Kaleckiano canônico - cuja ênfase é no efeito acelerador do investimento - resulta em um aspecto fundamental da teoria de Kalecki (1952): elevações na participação dos lucros na renda possuem um efeito negativo sobre o grau de utilização da capacidade instalada e sobre a taxa de crescimento da economia (LAVOIE, 2014). Tal característica fica clara, por exemplo, na própria equação do multiplicador kaleckiano, como ilustramos. De acordo com Dutt (1984), este resultado está relacionado à ideia da possibilidade de crises de realização: uma distribuição desfavorável aos salários poderia, por exemplo, deprimir a demanda de forma a desestimular o investimento e o crescimento econômico de longo prazo.

Nesse sentido, o modelo neo-Kaleckiano canônico pode ser visto como a formulação das ideias de Kalecki (1952) que discutimos anteriormente ao conferir centralidade à distribuição progressiva de renda, que passa a ser a própria fonte do crescimento econômico de longo prazo. Políticas distributivas são, portanto, capazes de afetar a trajetória das economias (LAVOIE e STOCKHAMMER, 2013).

Do resultado do modelo canônico, emergem dois paradoxos (LAVOIE, 2014): i) o aumento da participação dos lucros na renda diminui a taxa de lucro, pelo seu efeito negativo sobre o grau de utilização (paradoxo dos custos); ii) elevações na propensão a poupar possuem efeito negativo sobre o grau de utilização de capacidade instalada (paradoxo da poupança). Este último, como vimos, já estava presente na análise de Keynes (1936) e foi adaptado para o longo prazo por Robinson (1962). Tais paradoxos entram em contradição clara com a teoria neoclássica. Lavoie (2014), em tom bastante crítico sugere que sua emergência vem do reconhecimento de falácias da composição - ignoradas pela teoria neoclássica (na qual uma maior taxa de poupança significa crescimento econômico - ainda que temporário) pois: “they [os paradoxos] underline the shortcomings of an analysis that would rely solely on individual behaviour within microeconomic markets, while ignoring their macroeconomic consequences” (p.367).

O resultado do modelo canônico tem implicações políticas importantes, pois desmantela a ideia de oposição entre distribuição de renda e crescimento da economia. Nas palavras de Dutt (1984, p. 38): “[...] as a corollary, economic growth and income distribution may not be conflicting goals in such economies”.

Dutt (1984, p. 31-32) compara os modelos canônico e neo-Keynesiano, de Robinson e Kaldor:



“The result regarding the positive relation between growth and income distribution derived from our model is in contradiction with the negative relation argued in much of growth and development theory. The usual results implying that a worsening of the distribution of income is required for higher growth are derived from models of the Cambridge variety, including the forced saving and structuralist inflation models”.

E pontua que a origem da heterogeneidade de visões entre as duas gerações Pós-Keynesianas vem da hipótese acerca da existência de capacidade ociosa, ponto central para Kalecki (1952), como vimos: “Since our model allows for excess capacity, a more equal distribution of income implies higher output, saving, and growth” (Dutt, 1984, p.32).

Repare que adicionar o componente acelerador na função investimento em relação à formulação de Robinson é o que está na raiz da diferença entre as duas gerações de modelos, uma vez que no caso da primeira geração, o investimento depende apenas da taxa de lucro, o que negligencia o fato de que, mesmo quando a lucratividade é elevada, há a possibilidade de o investimento não ser realizado por falta de demanda em relação à existência de capacidade ociosa, por exemplo. Tal crítica foi formulada em Bhaduri e Marglin (1990).

O modelo de Bhaduri e Marglin (1990) realiza uma mudança pequena - mas que gerou alterações substanciais - na função investimento de forma a dar maior importância à sua sensibilidade em relação à lucratividade, além do componente "típico" do acelerador. O resultado do modelo canônico - crescimento da economia via distribuição de renda em direção aos salários (wage-led) - também é possível para Bhaduri e Marglin (1990) - é o chamado regime estagnacionista. No entanto, no modelo dos autores, há outros resultados possíveis, como o regime profit-led - ou aceleracionista - no qual o aumento da participação dos lucros é o responsável por elevar o grau de utilização da capacidade instalada e a taxa de crescimento da economia. Este resultado ocorre se o investimento for muito sensível à participação dos lucros na renda, por exemplo.

Nessa perspectiva, os autores conciliam as duas gerações pós-keynesianas, utilizando um arcabouço teórico tipicamente kaleckiano, com grau de utilização de capacidade instalada como variável de ajuste, no qual há a possibilidade da emergência do resultado de que uma distribuição de renda mais regressiva conduza ao crescimento econômico, como no modelo de Kaldor e Robinson.



Esta acomodação une as heterogeneidades das visões Pós-Keynesianas no que concerne ao reconhecimento de um traço político muito forte em torno da distribuição de renda. Sua função na economia é crucial e está envolta de conflitos, estabelecendo um notório contraste em relação ao modelo neoclássico, de natureza mais “mecânica”, “técnica” e que abstrai o componente das relações sociais na esfera da produção.

Dentro deste contexto de forças políticas e conflitos distributivos, Bhaduri e Marglin (1990) colocam o investimento e a taxa de lucro como as variáveis-chave para que seja possível a cooperação entre trabalhadores e capitalistas de forma a amenizar o conflito. Se o investimento for bastante responsivo ao grau de utilização, por exemplo, um regime de crescimento profit led pode ser benéfico também aos trabalhadores. Para o caso wage led, os capitalistas podem se beneficiar se houver uma resposta relevante da taxa de lucro em relação ao grau de utilização de capacidade instalada.

Em que pese tais possibilidades, todavia, o jogo político com diferentes correlações de forças dentro do quadro distributivo permanece mesmo com cooperação. Em um regime profit led, o elemento-chave do crescimento está nas mãos dos capitalistas, ao passo que no caso wage led, os trabalhadores ganham esse posto, conferindo-lhes maior poder de barganha. Enquanto no primeiro caso a tensão dentro da própria classe trabalhadora é fortalecida, no cenário wage led há maior concorrência entre os capitalistas, com os trabalhadores detendo maior poder sobre o crescimento econômico.

A possibilidade de uma classe específica afetar o crescimento de longo prazo da economia é de suma importância porque permite que um elemento político adquira centralidade. O capitalismo pode ser visto como um jogo no qual a sua estabilidade depende crucialmente da configuração das interações que os conflitos sociais assumem. Esta é uma diferença radical em relação à teoria neoclássica, para a qual o crescimento de longo prazo das economias está atrelado a condições de oferta, apenas a aspectos estritamente “produtivos”, sem passar pela interação entre elementos políticos e possíveis interesses antagônicos.

8. Conclusão



O objetivo do artigo foi resgatar o papel da distribuição de renda no crescimento econômico, contrastando a visão mainstream com a Pós-Keynesiana. Em primeiro lugar, tratamos das contribuições de Keynes, autor que rompeu com a tradição neoclássica e estabeleceu a perspectiva de que a demanda importa para a determinação do emprego e da renda. Discutimos a relevância da distribuição de renda em sua Teoria Geral, tendo em vista sua influência sobre os determinantes da demanda, abrindo a possibilidade para que políticas distributivas na direção de quem tem maior propensão a consumir atue como ferramenta de estímulo à economia. Este aspecto foi tratado de maneira similar no modelo HD, que estende para o longo prazo as ideias keynesianas. Vimos a importância de políticas distributivas em seu contexto, como forma de suavizar a instabilidade inerente do capitalismo.

É nos autores Pós-Keynesianos, porém, que a ideia política de distribuição de renda como relação social ganha destaque. Para Kaldor e Robinson, a distribuição é crucial na estabilidade do capitalismo. Apesar de o modelo Kaldor-Robinson já ser liderado pela demanda, mantém a hipótese de plena utilização de capacidade instalada no longo prazo, e o resultado é que um aumento exógeno do investimento precisa ser acomodado por distribuição regressiva da renda.

Quando tal hipótese é abandonada pelo reconhecimento da tendência ao desemprego da economia capitalista, por outro lado, a distribuição progressiva de renda ganha centralidade e passa a fazer parte dos pilares do crescimento econômico de longo prazo, como vimos em Kalecki - cujas ideias deram origem aos modelos neo-Kaleckianos. Em seu resultado canônico, uma distribuição de renda mais progressiva é capaz de ser o motor da taxa de crescimento da economia - contrastando com o modelo Kaldor-Robinson. Bhaduri e Marglin (1990), dentro de um arcabouço kaleckiano com o grau de utilização como variável de ajuste, conciliam as duas gerações Pós-Keynesianas pela emergência de ambos os resultados como sendo possíveis. Há uma diferença radical em relação à teoria neoclássica: o conflito distributivo não só existe, como tem o poder de influenciar o crescimento do produto das economias.

Nossa principal contribuição neste artigo é o resgate desse elemento político - ponto em comum das gerações Pós-Keynesianas, e que deriva da própria perspectiva de que a demanda importa para o crescimento. Se a distribuição de



renda influencia a trajetória de crescimento de longo prazo, então os fatores que a afetam, como o conflito distributivo, assumem centralidade. No arcabouço teórico neoclássico, por outro lado, a adoção de uma função de produção agregada não deixa espaço para quaisquer discussões políticas, uma vez que são excluídas as relações sociais do processo de crescimento econômico, determinado no longo prazo apenas por condições de oferta. A distribuição de renda é endógena, emerge do processo, e corresponde às produtividades marginais dos fatores de produção. Assim, para além de ser desprovida de relações sociais e políticas, a distribuição é incapaz de assumir o posto de motor do crescimento econômico, em franco contraste com os modelos Pós-Keynesianos. O debate acerca da ocorrência da desindustrialização no Brasil ainda não alcançou um consenso. Com esse trabalho, ao analisar o valor adicionado, a parcela de emprego, a produtividade, as exportações e as importações - por setor e intra-indústria de transformação - também não conseguimos encontrar uma resposta definitiva.

Enquanto as variáveis de valor adicionado demonstram uma migração para fora do setor industrial, e, na industrial de transformação, para setores com menor intensidade tecnológica, tal variável está de acordo com o conceito de desindustrialização adaptado por Palma (2005). O comportamento da pauta da balança comercial também contribui para essa tese, dado que é perceptível nas exportações e importações um aumento da dependência externa por bens de maior sofisticação e/ou valor agregado, tanto quando a análise é setorial quanto ela é por nível de intensidade tecnológica.

No entanto, ao analisar o nível de emprego, nas duas mesmas dimensões, não é possível perceber a saída da mão de obra da indústria. Essa variável, como vimos, é a variável “clássica” para determinar a ocorrência do processo de desindustrialização, usada por R & R (1999).

Dessa forma, principalmente por contemplar parte da segunda década do século XXI, percebemos algumas mudanças no comportamento de algumas variáveis, que antes não indicavam a existência de um processo de desindustrialização e agora são compatíveis com essa tese.



9. Referências Bibliográficas

- BHADURI, A.; MARGLIN, S. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. **Cambridge Journal of Economics**, v. 14, n. 4, p. 375–393, 1990.
- BLAUG, M. Economic Theory in Retrospect, **Cambridge University Press**, 5th Edition, 2005.
- CARVALHO, F. C. Moeda, produção e acumulação: uma perspectiva pós-keynesiana. In: SILVA, M. L. F. **Moeda e produção: teorias comparadas**. UnB, 1992.
- CINGANO, F. Trends in income inequality and its impact on economic growth. OECD Social, **Employment and migration Working Papers**, n. 163, OECD Publishing, 2014.
- COHEN, A. J.; HARCOURT, G. C. Retrospectives: Whatever Happened to the Cambridge Capital Theory Controversies? **Journal of Economic Perspectives**, v. 17, n. 1, p. 199–214, 2003.
- DOMAR, E. Expansão e Emprego. In: SHAPIRO, E. **Análise Macroeconômica: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas, 1946 [1978].
- DUTT, A. Stagnation, income distribution and monopoly power. **Cambridge Journal of Economics**, v.8, n.1, p.25-40, 1984.
- FINE, B. Microeconomics: A Critical Companion. London: Pluto Press, 2016.
- HARCOURT, G. C. The structure of post-keynesian economics. The core contributions of the pioneers. **Cambridge University Press**, 2006.
- HARRIS, D. Um post mortem à parábola neoclássica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.4(3), pp.563-600, 1974.
- HARROD, R. An essay in dynamic theory. **The Economic Journal**, p. 14-33, 1939.
- HEIN, E. Distribution and growth after Keynes. **A post-keynesian guide**. Edward Elgar, 2014.
- HERSCOVICI, A. O modelo de Harrod: natureza das expectativas de longo prazo, instabilidade e não-linearidade. **Economia e Sociedade**, v.15, n.1, pp.29-55, 2006.



- HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- IMF. Redistribution, inequality and growth. **IMF Staff Discussion Note**, 2014.
- IMF. Fostering inclusive growth. In: **IMF Note**, G20 Leader's Summit July 7-8, 2017.
- JONES, H. G. O Modelo de Crescimento Econômico de Harrod-Domar. IN: JONES, H. G. **Modernas Teorias do Crescimento Econômico: uma introdução**. São Paulo. Editora Atlas, 1979.
- KALDOR, N. Alternative theories of distribution. **The Review of Economic Studies**, v. 23, n. 2, p.83-100, 1955 – 1956.
- KALDOR, N. Marginal productivity and macroeconomic theories of distribution: comment on Samuelson and Modigliani. **Review of Economic Studies**, 1966.
- KALECKI, M. **Essays in the Theory of Economic Fluctuations**. London: George Allen & Unwin. 1939.
- KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica. **Coleção Os Economistas**. Editora Abril Cultural, [1952] 1978.
- KALECKI, M. A theory of profits. **The Economic Journal**, v.52, n. 206/207, p.258-267, 1942.
- KALECKI, M. Political aspects of full employment. **Political Quarterly**, 1943.
- KALECKI, M. Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy. Cambridge, UK: **Cambridge University Press**, 1971.
- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Editora Nova Cultural, 1936 [1996].
- KEYNES, J. M. The General Theory of Employment. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 51, n. 2, p. 209–223, 1937.
- KEYNES, J. M. Mr. Keynes on the distribution of incomes and “propensity to consume”: a reply. **The Review of Economics and Statistics**, v. 21, n. 3, p. 129, 1939.



- LAVOIE, M. Post-Keynesian Economics: new foundations. **Edward Elgar Publishing**, 2014.
- LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. Wage-led Growth: Concept, Theories and Policies. In: STOCKHAMMER, E.; LAVOIE, M. (Eds.). **Wage-Led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- MOLLO, M. L. R. Moeda, taxa de juro e preferência pela liquidez em Marx e Keynes. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. **Macroeconomia do emprego e da renda**. Editora Manole, 2003.
- OREIRO, J. L. Flexibilidade salarial, equilíbrio com desemprego e desemprego de desequilíbrio. **Revista Brasileira de Economia**, v.51, n.3, 1997.
- OREIRO, J. L. Macrodinâmica Pós-Keynesiana. **Crescimento e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- PEREZ MORENO, S. La distribución de la renta en el pensamiento de Keynes: contribuciones económicas, opciones éticas y elementos biográficos claves. **Análisis Económico**, n.48, 2006.
- PIKETTY, T. Capital in the twenty-first century. **Harvard University Press**, 2014.
- ROBINSON, J. **Ensaio sobre a Teoria do Crescimento Econômico**. São Paulo: Abril, [1962] 1983.
- ROMER, P. M. Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, 1990.
- ROWTHORN, B. Demand, real wages and economic growth. **Thames papers in political economy**, n.81, 1981.
- SAMUELSON, P. Parable and Realism in Capital Theory: The Surrogate Production Function. **Review of Economic Studies**, v.29, n.3, pp. 193-206, 1962.
- SOLOW, R. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, p. 65-94, 1956.
- SOLOW, R. A skeptical note on the constancy of relative shares. **The American Economic Review**. Sep 1:618-31, 1958.



SOLOW, R. The neoclassical theory of growth and distribution. **PSL Quarterly Review**. 53(215), 2000.

STAEHLE, H. Retail Sales and Labor Income: New Considerations on the Distribution of Incomes and the "Propensity to Consume" (partly in reply to Mr. Dirks). **The Review of Economics and Statistics**, v. 20, n.3, pp. 134-141, 1938.

STAEHLE, H. Mr. Keynes on the distribution of incomes and "propensity to consume": a rejoinder. *The Review of Economics and Statistics*, v. 21, n. 3, pp. 129-130, 1939.